



# CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

## PARECER JURÍDICO

PROCESSO: 3892/2021

ASSUNTO: PLV 93/2021

### 1 – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei (PLV), o qual “dispõe sobre instituição, no âmbito do município do Rio Grande, o programa Infância sem pornografia, que pretende fomentar o respeito à dignidade das crianças e adolescentes.”

Processo chega para parecer instruído com as seguintes peças: (1) projeto, (2) despacho da relatoria enviando o feito para parecer jurídico (3) parecer IGAM;.

### 2 – PARECER

Recebido o presente projeto, o mesmo foi enviado para parecer, sendo que assim a consultoria externa concluiu:

*“A legislação nacional já aborda como crime a pornografia infantil e prevê sanções, conforme Art. 227 da CF/88, § 4º: A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.*

*Já o Art. 5º do ECA determina punição tanto a quem cometa qualquer das infrações quanto a quem se omita diante de sua ocorrência.*

*Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo. Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.*

*Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.*

*Ou seja, a legislação federal, por si só, já se impõe, não necessitando ser “recepcionada” pela regulamentação da legislação municipal, para sua aplicação nos serviços públicos prestados ou fiscalizados pelo Município.*

*Por fim, ainda se verifica que o PL não foi instruído com sua respectiva justificativa, o que inviabiliza sua tramitação. (Parecer IGAM)*

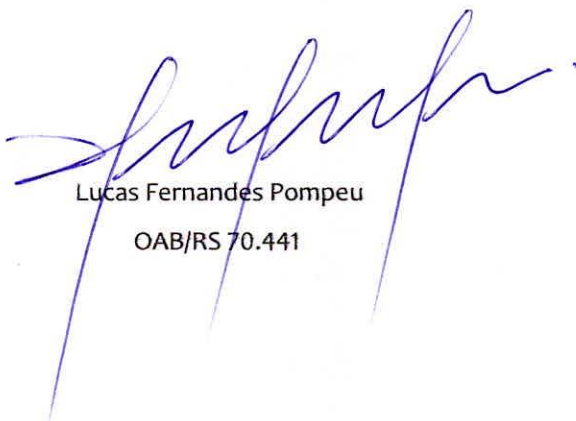


## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

### 3 – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a Consultoria desta Casa adere ao parecer ora apresentado, opinando –  
respeitosamente - pela **in**viabilidade do Projeto de Lei ora apresentado.

Rio Grande – RS, 21 de maio de 2021



Lucas Fernandes Pompeu  
OAB/RS 70.441



Roger Martins da Rosa  
OAB/RS 65.589